



Nota Coletivo em Defesa da RAPS 2025

A morte do jovem que entrou na jaula da leoa no Zoológico de João Pessoa não é um fato isolado nem um acontecimento inexplicável. Ela é a face mais cruel de um processo de precarização da saúde mental que desmonta, dia após dia, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e devolve à sociedade os velhos fantasmas manicomiais que pensávamos ter superado.

Como lembra Peter Pál Pelbart, inspirando-se em *Asas do Desejo*, de Wim Wenders, toda vida humana carrega um desejo de asas — uma busca por possibilidades, caminhos, pequenas aberturas de mundo. Mas quando a sociedade reduz a vida a poucos modelos de existir, quando o Estado falha em oferecer cuidado, quando as instituições se tornam lugares de passagem e não de acolhimento, o sofrimento psíquico se torna cárcere. E a cidade, incapaz de sustentar singularidades, acaba por produzir destinos de exclusão.

Esse jovem, rotulado ainda criança como “perigoso”, teve seu sofrimento confundido com psicopatia. Circulou por prisões, medidas alternativas, serviços desarticulados, sempre sem referência. Quando a rede se nega a reconhecer alguém como sujeito, sobra apenas o percurso trágico entre instituições que não acolhem e um território que não sustenta. Ao descer pela árvore e encarar a leoa — um animal que ele possivelmente sonhava ver num safari — ele realizou um gesto extremo que não pode ser lido sem o pano de fundo da negligência. Uma morte filmada, comentada, observada à distância, convertida em espetáculo em vez de socorro: metáfora contundente do abandono social que o acompanhou a vida inteira.

Essa tragédia ecoa exatamente as denúncias feitas pelo Coletivo Antimanicomial de João Pessoa, que há anos alerta para o desmonte concreto da RAPS no município. Entre as principais denúncias estão:

- a precarização e descontinuidade dos serviços, com CAPS funcionando sem equipes mínimas, sem profissionais suficientes e com alta rotatividade;
- a ausência de gestão qualificada e comprometida, resultando em serviços que operam sem projeto clínico, sem planejamento e sem supervisão;

- a medicalização excessiva, utilizada como substituto de cuidado, agravando vulnerabilidades e silenciando sofrimentos;
- internações indevidas e práticas que reeditam o paradigma manicomial, especialmente para pessoas em sofrimento intenso que, por falta de alternativas, acabam em hospitais gerais, UPAs, delegacias ou instituições prisionais;
- falhas sistêmicas na garantia de direitos, como acesso à moradia, trabalho, renda, cultura e participação social — pilares fundamentais da habilitação (reabilitação) psicossocial;
- desresponsabilização de serviços e fragmentação da rede, fazendo com que pessoas circulem sem referência, sem prontuário articulado e sem continuidade de cuidado;
- falta de formação permanente das equipes, gerando intervenções que reforçam estigma, risco e culpabilização;
- ausência de participação social significativa, com conselhos e conferências esvaziados, dificultando o controle social e a transparência das ações;
- invisibilização de populações vulnerabilizadas, incluindo juventudes, pessoas em situação de rua, usuários de drogas, migrantes e povos indígenas.

É nesse cenário que a morte do jovem precisa ser compreendida: não como falha individual, mas como resultado de uma rede que não funciona e de uma política pública que não foi sustentada pelo Estado.

Fortalecer a RAPS não é somente um detalhe técnico — é condição ética para que vidas como a dele tenham . A luta antimanicomial lembra que o cuidado em liberdade é conquista civilizatória, e que todo retrocesso custa vidas. Quando o Estado se ausenta, a cidade volta a produzir jaulas, visíveis e invisíveis.

O caso do jovem que morreu diante da leoa é mais do que uma tragédia: é uma denúncia. E é também um chamado. Se não reconstruirmos a RAPS com investimento, gestão competente, equipes implicadas e políticas sólidas, novas tragédias ocorrerão — e continuarão sendo tratadas como acidente, quando são, na verdade, sintoma de um país que falha em proteger quem mais precisa.

Coletivo Antimanicomial em Defesa da Rede de Atenção Psicossocial de João Pessoa-PB